



CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:

a) Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

b) Caderno de prova contendo **50 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.

3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.

4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.

5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.

ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.

6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.

7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.

8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas assinado, em seguida **assine** a lista de presença.**

INFORMAÇÕES

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** www.institutoreferencia.org.br
- **E-mail:** contato@institutoreferencia.org.br





302 – PROCURADOR MUNICIPAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Tirinha para as questões 01 e 02.



01) A tirinha de Laerte Coutinho apresenta uma situação comum do cotidiano, em que duas pessoas interagem entre si por meio da linguagem. Acerca desta tirinha, indique a afirmação INCORRETA.

- (A) Com base na resposta do homem mais baixo (“Tudo bem. Mas eu quero comprar mesmo assim.”), é possível deduzir que ele acreditou nos comentários do homem mais alto, não tendo percebido a real intenção deste.
- (B) Os comentários do homem mais alto nos três primeiros quadrinhos nos levam a pensar que ele desempenha no contexto o papel de comprador, já que via de regra é o comprador quem desvaloriza o objeto a ser comprado, com o objetivo de abaixar o seu preço.
- (C) Pode ser considerada um texto por constituir uma unidade linguística que tem sentido e intencionalidade comunicativa.
- (D) No 4º quadrinho, passamos a ter conhecimento de uma informação nova sobre a situação comunicativa, a qual atribui sentidos diferentes ao diálogo e mostra que a intenção comunicativa do homem mais alto desde o 1º quadrinho era a de depreciar seu próprio veículo, a fim de que o outro desistisse da compra.

02) No último quadrinho, o proprietário do carro diz: “Não!! Eu amo ele!!”. Quanto ao emprego do pronome “ele”, NÃO é ADEQUADO o exposto na opção:

- (A) Não está em conformidade com a norma culta da língua.
- (B) Uma das razões pelas quais é aceitável é porque se trata de uma situação de comunicação oral, em que a língua é empregada com menos rigidez.
- (C) Uma razão possível para o emprego do pronome “ele” é o fato de, como se vê no último quadrinho, a personagem estar descontrolada, perdendo, por isso, qualquer rigor linguístico.
- (D) O pronome “ele” exerce, na oração em que se encontra, a função de sujeito.

Textos para as questões de 03 a 05

Poema de Sete Faces [Carlos Drummond de Andrade]

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.
As casas espiam os homens
que correm atrás de mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos.
O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.

Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.

Porém meus olhos
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode
é sério, simples e forte.

Quase não conversa.

Tem poucos, raros amigos
o homem atrás dos óculos e do bigode,
Meu Deus, por que me abandonaste
se sabias que eu não era Deus
se sabias que eu era fraco.
Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.

Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
mas essa lua

mas esse conhaque

botam a gente comovido como o diabo.

Disponível em: <https://www.culturagenial.com/poema-de-sete-faces-drummond/>

Com licença poética [Adélia Prado]

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.

Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos

— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTY4MzUz/>

03) O texto de Adélia Prado (1976) reporta ao Poema de Sete Faces, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em sua obra *Alguma poesia*, em 1930. Sobre essa relação, pode-se afirmar que:

- (A) Ambos os poemas apresentam o ponto de vista da mulher que enfrenta o desprezo do seu amor.
- (B) Numa relação intertextual com o poema de Drummond, o texto de Adélia Prado versa sobre a mulher não idealizada, que se ocupa do dia a dia, sofre, luta, tem tristezas, e também alegrias.
- (C) A licença poética à qual o título do poema de Adélia Prado se refere pode ser interpretada como uma obediência fiel às normas da língua portuguesa.
- (D) Apenas no poema de Adélia Prado o eu-lírico vivencia sentimentos de solidão e de abandono.

04) No poema de Drummond, várias palavras e expressões com sentido figurado foram utilizadas ao se elaborarem construções sintáticas pouco comuns, com intuito expressivo, produzindo, assim, o que chamamos de figuras de linguagem. Qual dessas figuras foi empregada no verso “As casas espiam os homens”?

- (A) Hipérbole
- (B) Eufemismo
- (C) Prosopopeia
- (D) Antítese

05) A expressão em destaque em “Cumpro a sina”, do poema *Com licença poética* de Adélia Prado, poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, pela seguinte expressão de valor semântico semelhante:

- (A) a gentileza
- (B) o destino
- (C) o amparo
- (D) o enlevo

Texto para as questões de 06 a 09

Furto de flor

Carlos Drummond de Andrade

Furtei uma flor daquele jardim. O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor.

Trouxe-a para casa e coloquei-a no copo com água. Logo senti que ela não estava feliz. O copo destina-se a beber, e flor não é para ser bebida.

Passei-a para o vaso, e notei que ela me agradecia, revelando melhor sua delicada composição. Quantas novidades há numa flor, se a contemplarmos bem.

Sendo autor do furto, eu assumira a obrigação de conservá-la. Renovei a água do vaso, mas a flor empalidecia. Temi por sua vida. Não adiantava restituí-la ao jardim. Nem apelar para o médico de flores. Eu a furtara, eu a via morrer.

Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochara. O porteiro estava atento e repreendeu-me.

— Que ideia a sua, vir jogar lixo de sua casa neste jardim!

06) Conforme Evanildo Bechara em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (39ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p.234), a categoria verbal “tempo” assinala a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento do ato de fala. Com relação a essa categoria, analise os verbos destacados nos segmentos retirados do texto e, em seguida, indique a opção que apresenta a única consideração INCORRETA.

- I. “eu assumira a obrigação de conservá-la.”
- II. “mas a flor empalidecia.”
- III. “O porteiro estava atento e repreendeu-me.”

(A) No item I, o verbo destacado denota uma declaração que acontece habitualmente e que se verifica ou que se prolonga até o momento em que se fala.

- (B) Todos os verbos destacados estão no tempo pretérito.
- (C) O tempo do verbo sublinhado em II é o pretérito imperfeito, tempo empregado quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente.
- (D) O verbo destacado no item III enquadra a ação dentro de um espaço de tempo determinado do passado, encontrando-se, assim, no pretérito perfeito.

07) A oração “se a contemplarmos bem” foi adequadamente analisada em:

- (A) A oração exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração da principal.
- (B) A oração exprime o efeito do fato expresso na principal.
- (C) A oração exprime uma condição necessária para que se realize ou deixe de se realizar o que se declara na principal.
- (D) A oração indica a intenção do pensamento expresso na principal.

08) “Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente”

Analizando morfológicamente a palavra “murcha” no contexto em que se encontra aplicada no texto, só é adequado o que se encontra em:

- (A) Constitui a terceira pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo do verbo “murchar”.
- (B) Denota uma circunstância de modo, sendo, por isso, considerada advérbio.
- (C) Por designar um ser, pertence à classe dos substantivos.
- (D) A palavra caracteriza as possibilidades designativas do substantivo “flor” anteriormente citado no texto.

09) “Quantas novidades há numa flor”

Com relação à concordância do verbo haver, empregado no segmento acima, indique a única opção que está em conformidade com a gramática normativa.

- (A) Sob a direção de bons líderes, não haverá equipes ruins.
- (B) Houveram situações que o deixaram intimidado.
- (C) Muitas pessoas hão de buscar trabalho neste ano.
- (D) Havia anos que não o víamos.

10) As frases das opções abaixo possuem palavras homônimas, que, apesar de terem mesmo som, apresentam significações diferentes. Um desses homônimos contém propositalmente um equívoco em sua grafia. Em que opção se encontra esse homônimo?

- (A) O manjar ficou com uma calda saborosa.
- (B) Cada assento do cinema ficou ocupado na estreia do filme.
- (C) A sessão de terapia pode ser marcada para as 13 horas da próxima segunda-feira.
- (D) As crianças devem viajar no banco de traz.

INFORMÁTICA

11) Qual atalho deve ser utilizado para procurar um arquivo ou uma pasta no Explorador de Arquivos do Windows 10?

- (A) F2
- (B) F4
- (C) F3
- (D) F6

12) Analise a imagem abaixo e responda.



O número 3 representa:

- (A) a Área de Trabalho
- (B) a Área de Notificação
- (C) a Barra de Tarefas
- (D) o Botão Iniciar

13) Em qual guia do MS-Word 2016 é possível localizar o grupo Legendas?

- (A) Referências
- (B) Página Inicial
- (C) Inserir
- (D) Layout

14) Assinale a opção que corresponda ao atalho utilizado no MS-Word 2016 para inserir um hiperlink no texto.

- (A) Alt + G
- (B) Ctrl + K
- (C) F7
- (D) Shift + Enter

15) A Função DURAÇÃO, no MS-Excel 2016, é responsável por

- (A) retornar a taxa de desconto de um título.
- (B) calcular os juros pagos durante um período específico de um investimento.
- (C) retornar a duração anual de um título com pagamentos de juros periódicos.
- (D) converter um número de série em uma hora.

16) Leia o trecho abaixo.

A Função _____ é responsável por retornar um número correspondente a um tipo de erro.

O trecho faz referência a uma das funções do MS-Excel. Assim, assinale a opção que preencha CORRETAMENTE a lacuna.

- (A) TIPO.ERRO
- (B) INFORMAÇÃO
- (C) ÉERRO
- (D) ÉPAR

17) Como é chamado o navegador de internet desenvolvido pela Apple Inc.?

- (A) Google Chrome
- (B) Microsoft Edge
- (C) Mozilla Firefox
- (D) Safari

18) Leia o trecho e responda.

“É considerado o cérebro do computador, sendo o responsável pelo processamento das informações e pelas operações aritméticas e lógicas.”

O trecho faz referência

- (A) à Placa-mãe
- (B) à Placa de rede
- (C) ao Processador
- (D) ao Disco rígido

19) Das opções abaixo, qual corresponde a um exemplo de dispositivo para armazenamento de dados?

- (A) Fonte de energia
- (B) Disco rígido
- (C) Placa de vídeo
- (D) Monitor

20) A respeito do backup, assinale CORRETAMENTE.

- (A) É uma barreira de proteção contra ataques que visam tirar os serviços de funcionamento.
- (B) É um dispositivo alimentado por baterias, capaz de fornecer energia elétrica a um sistema durante um determinado período, em emergências, no caso de interrupção do fornecimento de energia da rede pública.
- (C) É uma técnica que embaralha a informação por meio de algoritmos, e faz com que a informação se transforme em algo ininteligível.
- (D) É responsável por recuperar uma informação corrompida e que se tornou indisponível, tornando-a disponível novamente.

CONHECIMENTOS LOCAIS / GERAIS

21) Para o município de Cardoso Moreira, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

I - Cardoso Moreira já pertenceu à freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, criada por meio de alvará em três de janeiro de 1759, com território compreendido entre os vales dos rios Muriaé e Paraíba do Sul.

II - Em 1672, dois freis franciscanos fundaram um grupamento indígena com o objetivo de catequizar os puris, remanescentes dos goitacazes. Essa iniciativa não logrou êxito, tendo em vista uma epidemia de febre que alcançou o aldeamento e dizimou praticamente todos os seus habitantes.

III - Cardoso Moreira já foi chamada de Taquaraçu e Porto do Braga.

IV - Em fins de 1700, registram-se mais de vinte engenhos produzindo açúcar e aguardente na região de Cachoeiras do Muriaé, onde está hoje Cardoso Moreira.

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

22) Assinale a opção, que completa CORRETAMENTE o espaço a seguir – “Quanto ao saneamento básico, o Sistema Nacional de informações sobre Saneamento calcula em ____ o índice de atendimento total de água da população municipal e não informa o índice de tratamento do esgoto coletado”:

- (A) 40%
- (B) 50%
- (C) 70%
- (D) 90%

23) Com relação ao que consta, sobre a história do município de Cardoso Moreira, assinale a opção que completa CORRETAMENTE os espaços da citação a seguir: “nos idos de _____ Freis franciscanos de nomes _____ fundaram em terras de Cachoeiro, na margem do rio Muriaé, o primeiro agrupamento indígena”.

- (A) 1672, Paulo e Jacques
- (B) 1673, Paulo e Jacques
- (C) 1675, André e Paulo
- (D) 1677, Antônio e Paulo

24) Para o tema “Pontos Turísticos” do município de Cardoso Moreira, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I - Rio Muriaé
- II - Ponte do Outeiro
- III - Ponte de Ferro
- IV - Morro do Sapateiro

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente o item III está correto.
- (C) Somente os itens I e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

25) “Nossa terra, nossa gente, nossa história
Nossa luta pela ordem e progresso.
Nossa alegria pela nossa liberdade
Agradecendo o criador do universo.”

Os versos acima fazem parte do Hino de Cardoso Moreira. Assinale a opção CORRETA a respeito de tal assunto:

- (A) Foi instituído pela Lei Municipal número 383, de 7 de dezembro de 2010.
- (B) Autor da Letra – Márcio Cozendey Alves
- (C) Autor da Melodia – Jozeli da Silva Alves
- (D) Letra e Melodia de Jozeli da Silva Alves

26) Em dezembro de 2023, Emirados Árabes sediou a COP____, a Conferência de Mudanças Climáticas da ONU, que reuniu representantes de todo o planeta”.

Assinale a opção, que completa CORRETAMENTE o espaço acima:

- (A) 25
- (B) 26
- (C) 27
- (D) 28

27) Qual das cidades abaixo NÃO é limítrofe com Cardoso Moreira?

- (A) Campos dos Goytacazes
- (B) Itaperuna
- (C) São Fidélis
- (D) Italva

28) É CORRETO afirmar que o município de Cardoso Moreira está a uma distância de _____ da capital:

- (A) 330 km
- (B) 380 Km
- (C) 400 km
- (D) 450 km

29) Sobre a história da “Emancipação” do município de Cardoso Moreira, analise os itens abaixo, coloque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso, depois assinale a opção CORRETA:

- () Em 1986, surge no município um Movimento Emancipacionista.
- () O chamado Movimento Emancipacionista foi oficializado somente em 1987.
- () O plebiscito de consulta à população visando à emancipação do município ficou conhecido como “dia do sim”.
- () O resultado favorável à emancipação foi oficializado em 30 de novembro de 1989.

- (A) V – V – F – F
- (B) F – F – V – V
- (C) V – F – V – V
- (D) V – V – V – V

30) Assinale a opção CORRETA para o padroeiro/a padroeira de Cardoso Moreira:

- (A) São Pedro
- (B) São José
- (C) Nossa Senhora de Fátima
- (D) Nossa Senhora Aparecida

31) Complete de forma CORRETA o espaço da citação a seguir: “em 2008, o Cardoso Moreira, time de futebol da cidade, com menos de cinco anos de profissionalização, disputou a _____ do Campeonato Estadual de Futebol pela primeira vez.”

- (A) Primeira Divisão
- (B) Segunda Divisão
- (C) Terceira Divisão
- (D) Quarta Divisão

32) O Governo brasileiro lançou um “Programa” chamado de _____, para que as pessoas endividadas possam renegociar suas dívidas e “limpar” seus nomes. Assinale a opção que completa de forma CORRETA o espaço acima:

- (A) Desenroca
- (B) Desempacota
- (C) Desempata
- (D) Desenrola

33) Em dezembro de 2023, dois postulantes a cargos importantes para a República, indicados pela Presidência, foram sabatinados e, em seguida, tiveram seus nomes aprovados pelo plenário do Senado Federal. Após análise dos itens abaixo, assinale a opção com informações CORRETAS para tal tema:

- I - Flavio Dino – STF – Supremo Tribunal Federal
- II - Paulo Gonet – PGR – Procurador Geral da República
- III - Flavio Dino – TSE – Tribunal Superior Eleitoral
- IV - Paulo Gonet – STJ – Supremo Tribunal de Justiça

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
- (B) Somente os itens I e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens II e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III e IV estão corretos.

34) Qual dos territórios abaixo, onde se crê haver cerca de 11 bilhões de Barris de Petróleo, é disputado por dois países da América do Sul?

- (A) Georgetow
- (B) Anna Regina
- (C) Essequibo
- (D) Fort Wellington

35) Ainda no decorrer do ano de 2023, a mídia em geral apresentou uma série de informações relacionadas ao Brasil. Assinale a opção cuja informação NÃO é correta:

- (A) O Produto Interno Bruto – PIB – cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2023.
- (B) Na posse do Presidente Eleito da Argentina, o Presidente do Brasil foi representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.
- (C) O Produto Interno Bruto – PIB, no terceiro Trimestre de 2023, cresceu 1%.
- (D) O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA – anunciou que notas dos países ricos têm queda histórica em Exame. O Brasil segue entre os piores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36) Compete, privativamente, à União legislar, EXCETO, sobre:

- (A) Desapropriação
- (B) Trânsito e Transporte
- (C) Direito Urbanístico
- (D) Registros Públicos

37) No Município Alfa, a Lei Orgânica Municipal disciplina que a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, quando se tratar de abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades, far-se-á mediante portaria. Asseverando ainda que tal ato pode ser delegado.

Realizada a delegação do referido ato, determinado Secretário Municipal aplicou uma das penalidades previstas na LOM a um servidor, após o devido processo administrativo e observadas todas as regras e princípios inerentes ao tema.

Recebida a penalidade, o servidor deseja impetrar Mandado de Segurança contra o referido ato, por entender que houve afronta a seus direitos líquidos e certos.

Considerando essa hipótese, marque a opção que representa, CORRETAMENTE, a autoridade coatora a ser indicada nesse Mandado de Segurança.

- (A) Município, ente federado titular da competência.
- (B) Prefeito, titular da competência.
- (C) O Secretário Municipal que aplicou a penalidade.
- (D) Procurador Geral do Município, responsável pelos litígios municipais.

38) Com base em previsão constitucional, pode-se dizer que precatórios são requisições de pagamento, para cobrar de Municípios, Estados ou União valores devidos, após condenação judicial definitiva. Considerando o regime de precatórios, marque a opção INCORRETA sobre a possibilidade de aplicação desse regime às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

(A) Não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.

(B) É inconstitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial, para fins de pagamento de débitos trabalhistas.

(C) Sociedade de economia mista prestadora de serviço público não concorrencial está sujeita ao regime de precatórios (art. 100 da CF/88) e, por isso, impossibilitada de sofrer constrição judicial de seus bens, rendas e serviços, em respeito ao princípio da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF/88) e da separação funcional dos poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III).

(D) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista visam à obtenção de lucro e ostentam natureza de direito privado, razão pela qual sempre se sujeitam ao regime jurídico constitucional das empresas privadas – execução direta –, na forma do art. 173, §§ 1º, II, e 2º, da Constituição Federal, a elas não se aplicando o regime de precatórios previsto no art. 100, CRFB/88.

39) Sobre a possibilidade de a Administração Pública divulgar os vencimentos dos servidores públicos em relação nominal, marque a opção CORRETA.

(A) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

(B) É ilícita a publicação pela Administração Pública dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, devido ao princípio da Publicidade mitigada.

(C) É legítima a publicação pela Administração Pública dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos, vedada a divulgação das vantagens pecuniárias.

(D) É ilícita a publicação pela Administração Pública, em sítio eletrônico, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, pois são invioláveis a intimidade e a vida privada das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

40) Pode-se dizer que “O Serviço Social Autônomo é pessoa jurídica criada ou prevista por lei como entidade privada de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, sujeita ao disposto no art. 240 da Constituição Federal”, atuando no âmbito da relação econômica, capital e trabalho, compondo o tradicional Sistema “S”. O Serviço Social Autônomo, pois, é uma modalidade de atuação conjunta e cooperada entre a Administração Pública e entidade civil sem fins lucrativos, na realização de atividades não privativas de Estado e, especialmente, no provimento de serviços de interesse público, diretamente ao cidadão.

Sobre esses Serviços Sociais Autônomos, marque a opção CORRETA.

(A) Os Serviços Sociais Autônomos, por desempenharem atividade de interesse público em cooperação com o ente estatal, apesar de possuírem natureza jurídica de direito privado e não integrarem a Administração Pública, sujeitam-se à observância da regra de concurso público (art. 37, II, da CF/88) para contratação de seu pessoal.

(B) Os Serviços Sociais Autônomos, do denominado sistema “S”, embora compreendidos na expressão de entidade paraestatal, são pessoas jurídicas de direito privado, definidos como entes de colaboração, mas não integrantes da Administração Pública. Assim, quando o produto das contribuições ingressa nos cofres dos Serviços Sociais Autônomos, perde o caráter de recurso público. Ou seja, os recursos geridos pelos serviços sociais autônomos não são considerados recursos públicos.

(C) Os Serviços Sociais Autônomos não gozam de imunidade tributária, pois embora compreendidos na expressão de entidade paraestatal, são pessoas jurídicas de direito privado, definidos como entes de colaboração, mas não integrantes da Administração Pública.

(D) Os Serviços Sociais Autônomos gozam das prerrogativas processuais inerentes à Fazenda Pública (ex.: prazo em dobro para recorrer), pois a sua atuação é estritamente ligada ao provimento de serviços de interesse público diretamente ao cidadão.

41) Considerando a Lei 8.666/1993 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, empresa em recuperação judicial pode participar de licitação, sendo habilitada e contratada?

(A) A Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

(B) A Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na contratação, a sua viabilidade econômica.

(C) A Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, haja vista a necessidade de apresentação de certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

(D) A Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação pois deve apresentar certidão negativa de recuperação judicial, em interpretação analógica ao disposto no art. 31 da Lei 8.666/1993, o qual dispõe sobre a documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

42) Nos termos da Lei nº 8.137/1990, a qual, entre outras definições e providências, define crimes contra a ordem tributária, marque a opção que corresponde à seguinte conduta: “exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal” constitui crime contra:

(A) Ordem Econômica

(B) Ordem Tributária

(C) Relações de Consumo

(D) Administração da Justiça

43) No Município Beta, a Câmara Municipal possui débitos com a Fazenda Nacional. Nesse caso, com relação ao fato de o Município (Poder Executivo) obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa, assinale a opção CORRETA.

(A) É vedado ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, tendo em conta o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.

(B) É vedado ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, haja vista a autonomia financeira dos Poderes.

(C) É possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, haja vista o princípio da transcendência objetiva das sanções financeiras.

(D) É possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, tendo em conta o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.

44) Considere que, em determinado processo de Desapropriação de Imóvel por Utilidade Pública, o autor da ação de Desapropriação não tenha realizado o depósito da quantia arbitrada, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, para o deferimento do pedido de imissão provisória na posse. Dessa forma, marque a opção CORRETA sobre as consequências da ausência do referido depósito.

(A) O depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 constitui pressuposto legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse, veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública, no entanto sua ausência não implica a extinção do processo sem resolução do mérito, mas, tão somente, o indeferimento da tutela provisória.

(B) O depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 constitui pressuposto legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública, de modo que sua ausência implica a extinção do processo sem resolução do mérito.

(C) O depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 constitui pressuposto legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse, veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública, de modo que sua ausência implica a extinção do processo com resolução do mérito.

(D) O depósito previsto no art. 15 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 constitui pressuposto legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse, veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública, no entanto sua ausência não implica o indeferimento da tutela provisória, ante a urgência demonstrada pelo autor, na petição inicial.

45) O art. 243 da CRFB/88 dispõe: “As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.”. Considerando essa expropriação, é possível o proprietário afastar essa sanção prevista, caso seja localizada essas ações ilegais na sua propriedade?

(A) A expropriação prevista no art. 243 da CF não pode ser afastada, ainda que o proprietário comprove que não incorreu em dolo.

(B) A expropriação prevista no art. 243 da CF não pode ser afastada, pois a responsabilidade do proprietário sobre o imóvel é objetiva.

(C) A expropriação prevista no art. 243 da CF pode ser afastada, desde que o proprietário comprove que não incorreu em culpa, ainda que in vigilando ou in eligendo.

(D) A expropriação prevista no art. 243 da CF pode ser afastada, desde que a Administração não consiga comprovar a culpa do proprietário.

46) Considere a disciplina constitucional sobre “PARTIDOS POLÍTICOS” e marque a opção INCORRETA.

(A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, dentre outros preceitos, o caráter nacional.

(B) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, dentre outros preceitos, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.

(C) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, dentre outros preceitos, prestação de contas à Justiça Eleitoral.

(D) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados, dentre outros preceitos, autorização legislativa específica para sua criação.

47) O Processo Administrativo Disciplinar possui a finalidade de elucidar fatos constantes da representação ou denúncia associadas, direta ou indiretamente, a exercício do cargo, sem a preocupação de culpar ou exculpar, indevidamente, o servidor ou empregado público. Nestes termos, marque a opção INCORRETA, concernente ao Processo Administrativo Disciplinar.

(A) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

(B) É imprescindível que seja realizada exposição detalhada dos fatos a serem apurados na portaria de instauração do processo administrativo disciplinar.

(C) É permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

(D) A prova colhida mediante autorização judicial e para fins de investigação ou processo criminal pode ser utilizada para instruir procedimento administrativo punitivo. Assim, é possível que as provas provenientes de interceptações telefônicas autorizadas, judicialmente, em processo criminal, sejam emprestadas para o processo administrativo disciplinar.

48) João, aprovado em todas as etapas do Concurso Público do Município Celta, em 1º lugar, foi preterido, haja vista que o 2º colocado no mesmo certame, fora convocado, nomeado e empossado no cargo público em que concorreram. Assim, qual o prazo com respectivo termo inicial para que João questione a referida preterição?

(A) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data em que foi convocado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

(B) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional trienal recai na data em que foi empossado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

(C) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data em que foi nomeado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

(D) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional trienal recai na data em que foi convocado outro servidor no lugar do aprovado no certame.

49) É possível definir o Direito Tributário como o ramo da ciência jurídica que estabelece, interpreta e aplica o conjunto de normas e princípios, os quais regulam e fiscalizam a arrecadação de tributos, por meio das relações jurídicas estabelecidas entre Estado e contribuinte. Neste sentido, marque a opção INCORRETA sobre a matéria tributária.

(A) Nos casos em que a majoração de alíquota tenha sido estabelecida somente na lei de conversão, o termo inicial da contagem é a data da conversão da medida provisória em lei.

(B) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

(C) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da CF, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

(D) As taxas municipais de fiscalização e funcionamento podem ter como base de cálculo o número de empregados e/ou ramo de atividade exercida pelo contribuinte.

50) Nos termos do Código Penal Brasileiro “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida” punível com “reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa” é tipificado como o crime de:

- (A) Concussão
- (B) Corrupção passiva
- (C) Peculato
- (D) Corrupção ativa